

O Congresso *Portugal e os PALOP: cooperação na área da educação*, realizado em Março de 2010, constituiu uma iniciativa cuja importância e oportunidade devem ser postas em relevo. O contacto entre os países da CPLP tem tornado cada vez mais evidente a responsabilidade de Portugal e do Brasil no crescimento e no progresso dos restantes países, o que passa inegavelmente pela cooperação e pelo apoio na área da educação. A par desta afirmação, saliente-se que uma política educativa implica um esforço centrado no ensino e na apropriação da língua portuguesa, escolhida por esses países como língua oficial e de escolarização, sem esquecer o contexto multilingue em que está inserida. Foram estas as premissas de que partiram os participantes que apresentaram comunicações nesta primeira parte do Congresso, contribuindo com a sua reflexão e com a experiência adquirida nos trabalhos de campo para a discussão e o esclarecimento de algumas questões problemáticas.

As comunicações estão agrupadas de acordo com os países em que se situam as experiências relatadas.

As comunicações de Paula Cruz “Concepções e práticas de avaliação escrita na disciplina de Língua Portuguesa em Moçambique”, e de Conceição Siopa “Revisão e edição de texto: a gramática, o vocabulário e o discurso” incidem sobre o ensino da língua portuguesa em Moçambique.

A autora da primeira comunicação, Paula Cruz, é docente na Universidade Pedagógica, o que lhe permite uma observação directa dos estágios pedagógicos no que respeita aos problemas que os alunos, futuros professores, defrontam na aquisição do domínio da escrita em português. A comunicação contém uma reflexão sobre várias definições de *avaliação* e dá-nos a conhecer as dificuldades sentidas pelos alunos, nomeadamente a partir da análise das produções escritas que são objecto de práticas avaliativas. Considerando que essas práticas deveriam constituir instrumentos de formação, as ilações tiradas permitem pôr algumas hipóteses acerca das metodologias a utilizar no processo avaliativo. A autora está certa ao centrar a sua análise nas relações entre as produções escritas e a avaliação sobre elas incidente, já que se trata de um campo fundamental para a aquisição da proficiência desejada na língua portuguesa, sobretudo num contexto em que é língua segunda.

De acordo com a autora da segunda comunicação, Conceição Siopa, os alunos moçambicanos entram no ensino superior com fortes lacunas em língua portuguesa, sobretudo na produção do discurso. Um dos instrumentos que os professores podem utilizar com vantagem para conhecer e atenuar as dificuldades dos alunos decorre da informação obtida pelo estudo dos *erros* detectados nas produções escolares e consiste nas estratégias adoptadas na sua correcção. Servindo-se de uma tipologia de erros adequada às características da análise do discurso, Conceição Siopa toma como objecto dessa análise as produções escri-

## PROJECTOS, POLÍTICAS E PERSPECTIVAS FUTURAS, UMA REFLEXÃO EM TORNO DAS COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

**Maria Helena Mira Mateus**  
Instituto de Linguística Teórica e  
Computacional (ILTEC)

tas em português dos alunos da turma em observação. Ao aplicar uma grelha de erros e ao exemplificar os que ocorrem em várias áreas da construção do discurso (vocabulário, coesão, pontuação), são sugeridas correcções codificáveis que se podem transformar, assim, em instrumentos de aprendizagem. A avaliação sobre este trabalho de correcção é uma forma positiva e produtiva de ensino de uma língua segunda, como o é o português em Moçambique.

A comunicação de Aires Gameiro, “Corte observacional do uso da língua portuguesa em Timor Leste na identidade timorense”, e a de Lúcia Vidal Soares “Qual o papel da língua portuguesa na política educativa em Timor Leste?” centram-se sobre o conhecimento do português e o seu ensino em Timor Leste, tendo presente a relação com as línguas maternas dos timorenses, sobretudo com o tétum.

Ambas as comunicações ressaltam a importância da língua portuguesa no aprofundamento da identidade dos timorenses, na manutenção de uma relação com o passado e na aquisição de novos saberes. Aires Gameiro refere aspectos da história de Timor ligados à língua portuguesa e à presença do cristianismo que justificam a adopção do português como uma das línguas oficiais e a importância do investimento no seu ensino. Para Lúcia Soares o papel das línguas na constituição do currículo do ensino primário e a função dos manuais de língua portuguesa – bem como a necessidade de formação adequada dos professores para os utilizarem – são aspectos igualmente abordados com atenção. Uma reflexão neste âmbito implica uma larga discussão sobre as seguintes questões complementares: (a) Como se pode compatibilizar um ensino eficaz do português, língua oficial e de escolarização, com a existência do tétum, língua nacional e materna de grande parte da população escolar? (b) Qual a função dos manuais e qual a sua eficácia na aquisição do domínio do português junto dos falantes de tétum? O ensino do português em Timor obriga a um esforço de adequação ao contexto particular da região tanto no ponto social e cultural como linguístico, e constitui um difícil desafio para os professores cooperantes e para os autóctones. Os esclarecimentos sobre a situação timorense e as propostas de actuação neste contexto, como as referidas por Aires Gameiro e Lúcia Soares, são da maior importância: elas trazem informações sobre problemas sociais e linguísticos pouco conhecidos e auxiliam na procura de soluções que vão ao encontro desses problemas.

A comunicação de Hans-Peter Heilmair “O português enquanto veículo da educação em Cabo Verde: uma polivalência entre vantagem, desafio e entrave” trata do ensino do português em Cabo Verde, e da dificuldade que esse ensino representa “resultante do carácter simultaneamente não estrangeiro e não materno, para a generalidade das pessoas, da língua portuguesa em Cabo Verde”. Esse carácter particular justifica o título da comunicação – *uma polivalência entre vantagem, desafio e entrave*. O autor lembra várias circunstâncias em que foram apresentadas propostas relativas ao crioulo que não têm tido o resultado desejado, como a aceitação do crioulo como língua oficial a par do português, a sua introdução no ensino básico, os avanços e recuos que se têm dado neste processo e a dificuldade que ele tem representado para a criação de um verdadeiro bilinguismo. Refere no entanto que está em curso um processo de expansão do português na sociedade cabo-verdiana cuja língua materna continua a ser, maioritariamente, o crioulo, pelo que o ensino do português se continua a situar num contexto de diglossia.

O ensino secundário na Guiné-Bissau é tratado na comunicação “Educação para Todos na Guiné-Bissau: que princípios metodológico-didáticos para a aula de Língua Portuguesa?”, da autoria de Gabriela Miranda

Barbosa e Rosa Bizarro. A existência de um elevado número de alunos por turma, conjugada com o deficiente domínio da língua portuguesa por parte de docentes e alunos e dificultada pela escassez de materiais didáticos, tem como consequência o baixo nível tanto no domínio do português como nos resultados obtidos nessa disciplina. Segundo um diagnóstico da Unesco referido na comunicação, o número de alunos na Guiné-Bissau tende a aumentar, passando progressivamente de 270.000 em 2006 para 400.000 em 2015. Perante esta situação as autoras reflectem sobre a pedagogia dos grandes grupos e sobre a possibilidade de melhorar o ensino da língua portuguesa, considerando como fundamental a existência de legislação sobre organização e gestão das escolas e sobre os estatutos dos alunos e da carreira docente. Esta situação obriga, por outro lado, a dedicar uma atenção especial e exigente à formação de professores. Na comunicação são apresentadas algumas sugestões pedagógicas e didáticas que podem ajudar a resolver problemas aparentemente irresolúveis.

A última comunicação – “Em que língua se escreve a dor? Processos de recriação linguística na obra de Lina Magaia”, de Ana Luísa Teixeira (CEA-ISCTE-IUL) – propõe a análise do diálogo entre o texto jornalístico e o texto literário e sobre o encontro entre a língua portuguesa e as línguas autóctones como veículo de processos de recriação linguística. Trata-se de um problema da maior importância que passa por determinar o lugar das línguas nacionais no ensino dos países africanos multilingues.

Uma visão geral das comunicações apresentadas nesta parte do Congresso permite ressaltar determinados aspectos comuns, a que se acrescentaram algumas considerações que foram aprovadas pelos participantes ainda que não integrassem os textos expostos:

No ensino da língua portuguesa não pode ignorar-se que grande parte dos alunos dos PALOP e de Timor não têm o português como língua materna, o que foi posto em evidência nas comunicações sobre Timor, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Em consequência, esse ensino deve adequar-se ao contexto multilinguístico e multicultural que caracteriza esses países, e adoptar, de acordo com a população escolar, um modelo que, em certas circunstâncias, recorra às línguas nacionais.

Perante essa situação, a formação de professores deve merecer a maior atenção, tanto no esclarecimento da importância que têm as línguas maternas para o desenvolvimento dos alunos e para a aquisição do conhecimento, como na vantagem, para o ensino do português, de estabelecer relações de comparação linguísticas e culturais com o contexto vivencial dos alunos. A análise dos erros dos alunos ou o conhecimento de algumas línguas locais podem esclarecer os motivos de certas dificuldades na aprendizagem da língua portuguesa.

Para apoiar a formação de professores é necessário que existam instituições onde se estudem línguas e culturas africanas e orientais, sem o que os professores e outros cooperantes não encontrarão muitas vezes respostas adequadas a uma completa preparação. A elaboração de manuais, instrumentos indispensáveis como apoio e orientação no ensino do português, também pode beneficiar da existência das instituições mencionadas.

A introdução da disciplina de português nos currículos do ensino superior de países como Moçambique e Angola é uma decisão sensata e vantajosa desde que a formação de professores tenha presentes as preocupações acima referidas.